



GT 6: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

JUVENTUDE, DESIGUALDADE E DIREITOS HUMANOS: COMO AS JOVENS DA PERIFERIA AVALIAM AS NOÇÕES DE TRABALHO, VIOLÊNCIA E FORMAÇÃO ESCOLAR

Maria Carolina Ribeiro Rodrigues (PUCPR); mariarodrigues98@gmail.com
Cezar Bueno de Lima (PUCPR); c.bueno@pucpr.br

RESUMO: Trabalhado transformado a partir do relatório final de Iniciação Científica. A busca aqui, é refletir que, a sociedade brasileira, elitizada e cada vez mais influenciada pela força do neoliberalismo, é pautada, desde suas raízes, no mito da meritocracia. Tratando-se da educação, o mesmo é atribuído. As políticas públicas criadas para atender o anseio da educação no Brasil se tornam nada mais que uma concretização dos privilégios daqueles que sempre estiveram no topo. A violência estatal, nas suas mais diversas facetas, provocam déficits incontáveis diretamente na população pobre, negra e feminina. A escalada desta juventude para a conquista de um projeto de vida pautado na educação de qualidade e que valorize suas necessidades é extremamente árdua e a falta de atenção da sociedade e do Estado a atinge de maneira árdua e brutal.: Este trabalho busca analisar e compreender as dificuldades das jovens de classes vulneráveis socialmente para manter uma formação acadêmica, mesmo apesar dos empecilhos impostos à elas.

Palavras chave : Políticas públicas; juventude; educação; violência.

1. INTRODUÇÃO

Antes de buscar a compreensão dos fenômenos sociais decorrentes dos baixos índices de desenvolvimento (nos mais diversos âmbitos) em regiões localizadas em situação de vulnerabilidade econômica, se faz necessário apontar a questão que norteia tais fenômenos: qual o papel do Estado na prevenção e/ou reprodução desses acontecimentos?

Elencando esses ditos acontecimentos, é possível pautar, entre outros fatores, dois principais que irão constituir o corpo deste trabalho: a evasão escolar e a reprodução de valores misóginos no cotidiano de jovens moradoras de uma periferia da cidade de Curitiba. O foco é refletir até que ponto o Estado e seu poder, possuem influência na recorrência desses dois fenômenos.

Tratando-se de medidas estatais que possuem fins de sanar tais problemáticas sociais, as políticas públicas surgem como conjuntos dessas medidas que funcionam como ligações de objetivos já determinados através da legalidade (como por exemplo, determinações advindas da constituição) e a realidade de tal localidade, seja economicamente, socialmente ou culturalmente.

A Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, instituiu o Estatuto da Juventude, que surgiu para definir diretrizes e princípios para a criação de políticas destinadas à jovens (definidos como pessoas de idade entre 15 e 29 anos) e que garante seus



direitos perante a legislação brasileira. Segundo o documento, no Art. 2º, alguns princípios são definidos:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Assim, reconhecendo o/a jovem como sujeito/a de direitos universais e singulares e, garantindo, na teoria, à esta parcela populacional certo grau de autonomia, participação, construção identitária, segurança e não discriminação, surge a tona o questionamento de que talvez na realidade dessa juventude, esses direitos não são tão bem definidos; ou que, apenas uma parte desse grupo detém tais direitos, enquanto o “outro lado” (a juventude pobre, favelada e negra) vê o Estado e qualquer coisa ligada à ele como reprodução de diversos tipos de violência contra suas próprias existências.

A temática a ser trabalhada nesta pesquisa envolve os diversos âmbitos de como às jovens da Vila Torres, região central de Curitiba, figuram como vítimas de uma sociedade violenta e machista; quais são os impactos do não-olhar do governo e sociedade na vida destas garotas e como são construídas suas percepções sobre noções do que é trabalho, deliberação e violência.

É proposto relacionar os temas citados e estabelecer respostas para indagações que surgem ao realizar a análise da realidade das protagonistas deste trabalho, como por exemplo, motivos por trás dos altos índices de evasão escolar e a falta de interesse dessa população em relação a construção de projetos de vida ligados à continuação da formação escolar.

Essa pesquisa é uma extensão de investigações de dados sobre oportunidades de permanência escolar e inserção à vida universitária, além de buscar uma certa proximidade junto à essas jovens mulheres e ouvir suas concepções sobre estes assuntos.

O objetivo geral do trabalho é buscar compreender a influência que transformações econômicas, políticas, sociais e culturais podem exercer sob as classes em situações de vulnerabilidade social e propor um embate entre a recepção que a juventude feminina tem em relação ao papel atribuído à elas pelo Estado.

Especificamente, o objetivo é identificar como a comunidade jovem feminina compreende a importância da educação, como se dá suas relações de trabalho e qual a percepção sobre o fenômeno da violência, que literalmente bate em suas



portas. O método aqui utilizado para a realização da pesquisa foi o levantamento teórico e bibliográfico sobre políticas públicas, o papel social da mulher pobre e o que são direitos humanos; foi levantado também, dados e índices advindos do governo municipal, estadual e federal. Foi realizado também questionários direcionados junto à algumas voluntárias. A pesquisa de campo foi o principal meio de obtenção de informações; foi realizada no Colégio Estadual Manoel Ribas, localizado na Vila Torres e se estruturou na observação participante junto ao universo e às sujeitas participantes da pesquisa. A observação participante teve início junto à implementação do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) no início do ano letivo de 2017.

2. DESENVOLVIMENTO

Logo no início da observação participante, um amontoado de surpresas surgiram. Entre elas, foi o fato de que existe apenas uma turma de cada série do ensino médio, algo um tanto quanto incomum para escolas públicas e estaduais; outra grande surpresa foi a quantidade de estudantes matriculados e ainda mais, o número de estudantes que regularmente frequentam as aulas. Com estes fatores à tona, inevitáveis questionamentos surgiram: porque tamanha evasão escolar? Para maior reflexão, o segundo ano do ensino médio apresentou uma situação ainda mais espantosa: apenas 7 estudantes possuem frequência regular, dentre os 14 matriculados; números que, em uma regional central que se encontra em terceiro no ranking populacional, somando 206.000, ou seja, 12% de todo o município e em um bairro que soma 10% da população da regional (CURITIBA, 2016), demonstram um enorme déficit educacional.

O mais notável durante todo o trajeto da participação do PIBID em classe, com certeza, foi a distância estabelecida pelas jovens garotas. Desde o primeiro momento, o papel feminino no ensino médio do Manoel Ribas foi motivo para algumas inquietações e indagações. É extremamente perceptível que a participação ativa tanto dentro, como fora de sala de aula, é predominantemente masculina. Inclusive, no segundo e terceiro ano, a quantidade de garotas que frequentam as aulas é bem menor que a de garotos; ao todo, somando as duas turmas estão matriculados 26 estudantes, onde 5 alunas nunca ao menos compareceram nas aulas e 3 estão de licença à maternidade.

Durante praticamente todas as aulas expositivas, a participação dos estudantes foi bem satisfatória e enriquecedora, porém, apenas masculina. O interesse acerca dos assuntos tratados, os questionamentos levantados e os debates propostos se restringiu, em grande parte, apenas à fala dos alunos. O observado foi que, no primeiro ano é onde se encontra o maior número de estudantes femininas, 12 ao total, porém, a participação das mesmas não é correspondente à essa “abundância”; durante os quase seis meses de PIBID, foi notável a participação ativa de uma quantidade minoritária dos estudantes em geral.

Já no segundo ano, a situação é um tanto quanto diferente. Em uma sala de aula comum, a motivação dos/as estudantes já é baixa, agora, em uma sala com 7 alunos/as, a situação é ainda pior. A princípio, em quase todas as aulas ministradas, foi estabelecido um clima monótono e cansativo, sem culpar nenhum dos lados



(estudantes ou docente); porém, o mais adverso nesta turma, foi a participação das jovens. As, apenas, 4 garotas se demonstraram muito interessadas nos conteúdos e, mesmo formulando suas próprias concepções acerca do que foi apresentado, estavam sempre questionando ou levantando debates. Temáticas como violência, racismo, machismo e desigualdade são pautas comuns nos diálogos propostos pelas jovens, porém, nunca de maneira explícita ou de natureza acadêmica, ao invés, elas relatam acontecimentos cotidianos e corriqueiros de suas próprias vidas, o que deixou claro que elas possuem muito o que falar, basta alguém querer ouvir.

Com certeza, a sala mais agitada em termos de conversas paralelas e dispersão, é o terceiro ano. Em um ambiente marcado pela maioria masculina, as poucas garotas não apresentam muita voz dentro de sala, não insinuando que o motivo seja o impedimento disso por parte dos garotos, mas pelo fato de que elas são únicas naquele local; não são envolvidas nos assuntos dos outros colegas e muito menos parecem possuir interesse naquilo. Tratando-se da participação durante a aula, as garotas são bem metódicas: se sentam, com os celulares em cima das carteiras, copiam a matéria passada no quadro e após isso, passam o resto da aula imersas em seu próprio mundo. Prática essa, absolutamente não condenável, pois, por qual razão elas manteriam seu interesse em algo que não está interessante?

2.1. Desinteresse ou Falta de Motivação?

Tal questão se faz válida para toda a situação envolvendo o desinteresse das jovens garotas. Se encontram em um lugar onde são minoria, não se sentem integradas e não se sentem satisfeitas, ou seja, não sentem necessidade de dedicarem tempo ao estudo quando na verdade, prefeririam estar em qualquer outro lugar realizando qualquer outra tarefa ao invés daquilo.

Esse desinteresse apresentado em relação aos estudos no ensino médio, é extremamente refletido no que diz respeito à escolha de possuir uma continuidade na vida acadêmica. Diversas vezes, frases como “não sirvo para estudar”, “tenho preguiça”, “é mais fácil trabalhar” vieram à tona, quando o questionamento era sobre o ingresso em uma universidade ou em algum curso de formação, o que provoca a reflexão: porque esse discurso de que o trabalho (lê-se o trabalho mecânico, de baixa remuneração, aquele considerado subalterno) é mais viável para uma jovem que mal acabou de terminar o ensino médio? O incentivo à realização de um curso técnico e rápido, o abandono dos estudos para total dedicação ao emprego e a desmotivação para uma possível carreira acadêmica são alguns, dentre os diversos obstáculos para a inserção, permanência e construção de uma participação feminina dentro do ambiente escolar.

Foi levantado durante a pesquisa a quantidade de estudantes do ensino médio do colégio, permitindo assim melhor visualização da realidade desta localidade.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

Tabela 1: Quadro de estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Manoel Ribas

Série/Turma	Qtd de estudantes	Qtd de estudantes frequentes	Qtd de garotas matriculadas	Qtd de garotas frequentes	Qtd de garotas de licença à maternidade
1º	25	20	12	7	0
2º	14	07	11	4	2
3º	12	12	08	6	1

Fonte: dados organizados pela autora

Em um questionário informal, realizado em sala de aula, foi pedido para que as garotas presentes respondessem perguntas diretas e simples, sobre a forma de trabalho, satisfação com a educação e o local onde residem (Vila Torres), ao todo 9 jovens responderam, sendo 4 do primeiro ano, 3 do segundo e 2 do terceiro. Quatro se encontram na faixa etária de 14-15 anos, 4 entre 16-17 e apenas uma com mais de 19 anos.

A coleta foi a seguinte:

- Você trabalha de alguma maneira?

44,4% Não

33,3% Sim, como Jovem Aprendiz

22,2% Sim, em alguma função

- Qual o seu nível de satisfação com o lugar que você estuda?

88,8% Médio

11,1% Baixo

- Qual o nível de satisfação com o lugar que mora?

77,7% Médio

22,2% Baixo

- Você acredita que a educação é uma maneira de acabar com a violência e a desigualdade?

66,6% Sim

33,3% Não

- Qual o nível de influência que a educação tem na sua vida?

55,5% Médio

44,4% Alto

- Você conhece alguma garota que teve que sair da escola devido aos seguintes motivos?

Gravidez – 77,7% Outro – 11,1%

Não conheço 11,1%

Através destes dados levantados, é possível relacionar algumas possíveis causas que expliquem o desinteresse em relação à escola por parte das estudantes.



Quando o nível de satisfação pelo lugar que é frequentado todos os dias é apenas mediano, o aproveitamento daquilo que está sendo oferecido também será mediano, em relação ao local de moradia, idem.

Além da porcentagem apresentada, constantes reclamações das estudantes sobre o local que moram são ouvidas. Violência é o principal motivo pelo qual a satisfação é mediana.

Em suma, quando existe pouca satisfação com o local de moradia e estudo e essa pouca satisfação se dá por conta da violência, é possível dizer que a violência em si possui muita influência na questão da representatividade feminina dentro da escola, e no seu modo mais amplo. Quando o debate dentro de classe era sobre esse determinado assunto, as mais diversas concepções vieram à tona; o mais ouvido é com certeza acerca da “polarização” da concepção de violência para estas jovens: a violência policial e a violência que parte de dentro da comunidade. Não foi muito aprofundado qual a relação delas, como jovens mulheres, com a violência presente dentro da comunidade. Os relatos da violência do Estado em sua maior representação (polícia militar) foram muito mais amplos.

Porém, muito além do debate explícito sobre violência, o que mais chamou a atenção foram os diversos relatos sobre casos de violências (na sua maioria, simbólicas) que ocorreram dentro do espaço escolar e diferente daquilo esperado, essa violência não ocorre entre as estudantes, mas sim, vinda do corpo docente, da coordenação e da direção dos colégios que já frequentaram.

Devido a isso, é possível questionar então se a escola, como instituição reprodutora dos mais diversos tipos de violência presentes na sociedade, não é também, possuidora de uma parcela de culpa na falta de motivação das estudantes em relação ao futuro acadêmico.

O mais reproduzido pelas estudantes, foram relatos de casos de racismo e machismo, tanto de professores como também de professoras. Se faz importante ressaltar que os casos citados não são exclusividade do Colégio Estadual Manoel Ribas, e sim, apenas relatos enunciados de maneira aleatória pelas estudantes durante debates/conversas em sala de aula.

Ao compreender as opiniões e os anseios das jovens que aqui foram ouvidas, torna-se mais fácil entender suas realidades. Antes de um julgamento cheio de um discurso meritocrático e elitista, baseando-se no fator de que esta parcela populacional “não estuda porque não quer”, a reflexão acerca das práticas pedagógicas, estrutura escolar e além de tudo, oportunidades concebidas pelo Estado e sociedade em geral, são mais do que necessárias.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível então concluir que, apesar da existência de políticas públicas educacionais voltadas tanto para a formação básica (BNCC, PNLD, LDB, etc) como também para o ensino superior (PROUNI, FIES, SISU), a educação e a formação acadêmica continua não sendo atrativas para a população jovem. Além da falta de atratividade da escola, o modo que essa instituição é vista pelas estudantes também é defeituoso. Após diversas experiências de violência dentro de um espaço que supostamente deveria ser um refúgio daquilo que acontece aos redores dos muros



do colégio, a concepção de “escola” foi transformada. Para elas, um local com grades, regras, uniformes e horários “quadrados” não é satisfatório, ou seja, não existe motivação para estudar no local que isso deveria ser abundante.

Portanto, a existência de políticas governamentais de acesso à educação superior não são o bastante. É necessário voltar o olhar para a educação básica, principalmente na periferia e especialmente nas garotas. Precisa-se de propostas que ouçam e atendam as necessidades dessa população, com foco na sua permanência dentro da escola e apoio em relação às situações nem tão adversas assim (como a gravidez precoce). A solução, talvez, para o problema encontrado na falta de motivação das jovens meninas, é uma escola democrática, acima das concepções de meritocracia e merecimento, e que não seja um espaço de ataque aos direitos humanos, mas sim, de garantia e preservação deles.

REFERÊNCIAS

CURITIBA, Agência de. **Perfil Econômico da Regional Matriz**. 2016.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da Juventude: Atos internacionais e normas correlatas**. Brasília, 2013. p 9 - Art. 227.
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf?sequence=1>>